



REGULAMENTO INTERNO
2017/2018



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto e âmbito de aplicação

1. O presente regulamento interno, com vigência anual, diz respeito ao Externato Sol Nascente que leciona:

- Educação Pré-Escolar
- Ensino Básico 1º ciclo

2. O regulamento interno pretende configurar um conjunto de normas, democraticamente aceites por todos os elementos da comunidade escolar, que favoreçam um relacionamento interpessoal baseado no respeito mútuo assente na liberdade e na responsabilidade e promover, através da participação ativa, as atitudes indispensáveis à vivência nas sociedades democráticas.

3. Pretende, também, dar a conhecer todas as estruturas de que o Externato Sol Nascente dispõe, a sua composição, competências, formas de funcionamento e mandatos de cada uma delas, tendo como referência de enquadramento as diversas disposições legais vigentes.

4. Neste contexto e como objetivo final pretende-se, com este regulamento interno, promover uma instituição que seja o alicerce da formação escolar e cívica de cada um.

5. O regulamento interno aplica-se a toda a comunidade do Externato Sol Nascente.

6. Constituem órgãos de direção, administração e gestão do Externato Sol Nascente:

- A diretora

7. Estruturas de coordenação e supervisão pedagógica:

7.1. Organização das atividades turmas:

- Educadores de infância;
- Professores do Ensino Básico do 1º Ciclo.

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO COLÉGIO

Direção

Artigo 2º

Diretora

1. A diretora é o órgão de administração e gestão do Externato Sol Nascente nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

2. A diretora é coadjuvada pelos restantes docentes.

Artigo 3º

Competências da Diretora

São competências da diretora:

1. Verificar a elaboração do projeto educativo;
2. Elaborar:
 - i) As alterações ao regulamento interno;
 - ii) Os planos anual e plurianual de atividades;
 - iii) O relatório anual de atividades;



3. Definir o regime de funcionamento da escola;
4. Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
5. Distribuir o serviço docente e não docente;
6. Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
7. Compete ainda à diretora:
 - a) Representar a escola;
 - b) Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;
 - c) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
 - d) Intervir nos termos da lei no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;
 - e) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente.
8. A diretora pode delegar a sua função e noutra pessoa por ela a designar.
9. Nas suas faltas e impedimentos, o diretor é substituído pela pessoa por si designada.

CAPÍTULO III

ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Departamentos curriculares

Artigo 4º

Composição

1. A articulação curricular é assegurada pelos seguintes departamentos curriculares:

Educação pré-escolar integrando:

- Educadores.

1º Ciclo do Ensino Básico, integrando docentes:

- Professores 1º ciclo.

Línguas, integrando professores de disciplinas de:

- Inglês;

Expressões, integrando professores de disciplinas de:

- Artes Plásticas;
- Educação Musical;
- Educação Física;
- Informática.

Artigo 5º

Competências Compete a cada departamento curricular:

- a) Planificar e adequar à realidade da escola a aplicação dos planos de estudo estabelecidos a nível nacional;
- b) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didáticas específicas das disciplinas;
- c) Assegurar, de forma articulada com outras estruturas de orientação educativa, a adoção de metodologias específicas destinadas ao desenvolvimento quer de planos de estudo, quer das componentes de âmbito local do currículo;
- d) Analisar a oportunidade de adoção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão;
- e) Elaborar propostas curriculares diversificadas em função da especificidade de grupos de alunos;



- f) Assegurar a coordenação de procedimentos e de formas de atuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e da avaliação das aprendizagens;
- g) Analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto;
- h) Analisar e debater questões relativas à adoção dos modelos pedagógicos, de métodos de ensino e de avaliação, de materiais de ensino aprendizagem e de manuais escolares;
- i) Estabelecer necessidades de formação contínua dos docentes do departamento, promovendo medidas para a satisfação das mesmas, bem como apoiar os docentes que se encontrem em formação inicial;
- j) Propor critérios para atribuição de serviço docente e gestão de espaços e equipamentos;
- k) Elaborar e avaliar o plano anual de atividades do departamento, tendo em vista a concretização do projeto educativo;
- l) Realizar provas de aferição e exames nacionais.

CAPÍTULO IV

OUTROS CARGOS

Artigo 6º

Direção de Instalações

1. A direção de instalações é da responsabilidade da diretora.

Artigo 7º

Competências da Direção de Instalações

Compete à direção de instalações:

1. Organizar o inventário do material existente nas instalações e zelar pela sua conservação;
2. Planificar o modo de utilização das instalações e do equipamento;
3. Verificar se todo o material está em boas condições de funcionamento;
4. Recolher e apresentar sugestões para melhorar o funcionamento das instalações.

CAPÍTULO V

OUTRAS ESTRUTURAS / SERVIÇOS / EQUIPAMENTOS E RECURSOS MAIS SIGNIFICATIVOS

Artigo 8º

Sala de Informática

1. A sala de informática do Colégio funciona conforme horário estabelecido anualmente.
2. Está disponível a todos os alunos do 1º ciclo.
3. O seu funcionamento será regido pelo professor da disciplina.

Artigo 9º

Cantinas

1. A cantina do Colégio funciona conforme horário afixado no respetivo setor.
2. A cantina facultará à população escolar alimentação equilibrada, bem confeccionada e orientada por nutricionista.
3. A ementa diária será afixada com a devida antecedência, em locais de fácil acesso à população escolar.



Artigo 10º

Regulamento das aulas de Educação Física/instalações desportivas

Deveres:

1. Entrar com ordem e só depois da indicação do professor.
2. Não utilizar aparelhos nem qualquer outro material, se o professor/educador não estiver presente.
3. Cumprir as normas de segurança.
4. Ajudar a arrumar o material em ordem e com cuidado, no final de cada aula.

Artigo 11º

Gabinete de primeiros socorros

1. O gabinete de primeiros socorros do Colégio não dispõe de pessoal médico, sendo os alunos atendidos por uma auxiliar. Em casos que se justifiquem, deve o aluno ser conduzido, de imediato, ao hospital ou ao centro de saúde, fazendo-se acompanhar da respetiva caderneta escolar.

CAPÍTULO VI

REGIME DE FUNCIONAMENTO DO COLÉGIO

Artigo 12º

Normas gerais de funcionamento

1. Em casos excepcionais, o aluno poderá sair da respetiva aula antes do fim das atividades letivas, mediante a autorização, por escrito, do encarregado de educação;
2. No ensino básico do 1º ciclo, sempre que possível, na falta do professor, os alunos permanecerão na escola, sendo distribuídos pelos outros professores/educadores.
3. Não é permitida a permanência na escola de pessoas a ela estranhas, exceto se devidamente autorizadas.
4. Têm acesso ao colégio os pais e encarregados de educação dos alunos que a frequentam e qualquer outra pessoa que tenha assuntos a tratar, sem perturbar o bom funcionamento dos tempos letivos.
5. Os portões do Colégio deverão permanecer sempre fechados, durante o seu horário de funcionamento.
6. Todos os elementos da escola deverão procurar manter um ambiente de asseio e ordem.
7. É dever de todos cuidar da conservação do património do Colégio.
8. No início de cada ano letivo, será definido um calendário escolar para o Colégio, de acordo com o estipulado pela Diretora.
9. Toda a documentação que for objeto de afixação ou distribuição no Colégio deverá ter, obrigatoriamente, autorização da diretora.
10. Perante a necessidade de sub ministrar medicação aos alunos, através dos cuidados dos responsáveis da sala, os mesmos deverão ser entregues devidamente identificados com as dosagens, horas e nome do respetivo aluno, não se responsabilizando o Colégio pelo serviço em causa, caso não sejam cumpridos estes requisitos.

Artigo 13º

Horário de funcionamento e organização das atividades letivas

1. As atividades letivas do Colégio funcionam de segunda a sexta-feira, em horário de funcionamento a definir anualmente pela diretora.
2. O Colégio permanece aberto 12 meses.
3. Calendário letivo (enviado aos pais).



Artigo 14º

Convocatórias, ordens de serviço e outras informações

1. As convocatórias para reuniões, deverão ser afixadas em local próprio ou enviadas por email para os Encarregados de Educação com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas, por ordem da diretora.
2. Sempre que a diretora o julgar conveniente, a informação será lida nas salas de aula e rubricada pelo respetivo professor/educador.

Artigo 15º

Visitas de estudo

1. Os professores/educadores promotores das visitas de estudo devem observar o seguinte:
 - a) Fazê-las constar do plano anual de atividades;
 - b) Informar os encarregados de educação da realização da visita por email, pedindo a autorização da comunicação, devidamente preenchida, na caderneta do aluno;
 - c) O não cumprimento da norma referida no número anterior inviabilizará a participação do aluno;
 - d) Comunicar à diretora o nome dos alunos que não participam na visita de estudo;
2. O encarregado de educação que não autorizar a participação do seu educando numa visita de estudo deve justificar a sua decisão por escrito.

Artigo 16º

Inscrições, Matrículas e Propinas

1. A inscrição/matricula dos alunos, que inclui o valor do seguro escolar, faz-se durante o mês de Maio (esta poderá ser dividida em 3 prestações – abril/maio/junho).
2. As propinas mensais a pagar num total de onze, correspondem aos 11 meses de funcionamento do Colégio, para os alunos do 1º Ciclo. Para os alunos da Educação PréEscolar, as propinas mensais são doze.
3. O pagamento deverá ser feito do dia 1 ao dia 10 de cada mês. Quando por qualquer motivo o aluno(a) se retirar do Colégio, será devida a propina até ao fim do mês em curso.
4. Nenhum aluno pode frequentar o novo mês sem que sejam integralmente pagas as propinas em atraso, podendo ser cobrado um acréscimo de dez valores percentuais.
5. No caso de anulação da matrícula, o Encarregado de Educação perde o direito ao valor da inscrição paga.
6. Não haverá lugar a redução ou restituição no caso de refeições não utilizadas.
7. No caso de mudança de regime de mensalidade, o Encarregado de Educação terá de o comunicar com um mês de antecedência e por escrito, à diretora do Colégio.
8. O irmão mais velho terá um desconto de dez pontos percentuais.
9. O preçário explicita serviços obrigatórios e serviços facultativos .



CAPÍTULO VII

DIREITOS E DEVERES DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Secção I

Alunos

Artigo 17º

Direitos

O aluno tem direito a:

1. Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso, de forma a propiciar a realização de aprendizagens bem sucedidas;
2. Usufruir do ambiente e do projeto educativo que proporcionem as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico, para a formação da sua personalidade e da sua capacidade de autoaprendizagem e de crítica consciente sobre os valores, o conhecimento e a estética;
3. Ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;
4. Ver reconhecido o empenhamento em ações meritórias, em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas no Colégio e fora dele, e ser estimulado nesse sentido;
5. Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, nomeadamente colegas, professores/educadores, auxiliares, pais e encarregados de educação;
6. Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral;
7. Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;
8. Frequentar uma escola acolhedora, limpa e onde se sintam em segurança;
9. Assistir à aula quando chegar atrasado, mesmo que lhe tenha sido marcada falta;
10. Ter ajuda dos seus professores/educadores e restante comunidade educativa na resolução dos seus problemas;
11. Usufruir integralmente dos tempos de intervalo marcados no seu horário, desde que não se encontre a cumprir uma medida educativa disciplinar;
12. Ausentar-se da escola durante o seu horário, por motivo devidamente justificado pelos encarregados de educação ou pela directora da escola;
13. Interagir com os colegas, respeitando-se mutuamente;
14. Todos os alunos estão cobertos com seguro de responsabilidade civil.

Artigo 18º

Deveres

O aluno tem o dever de:

1. Estudar, empenhando-se na sua educação e formação integral;
2. Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;

3. Seguir as orientações dos professores/educadores relativas ao seu processo de ensino e aprendizagem;
4. Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa, nomeadamente colegas, professores/educadores, auxiliares, pais e encarregados de educação;
5. Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
6. Respeitar as instruções dos professores/educadores e do pessoal não docente;
7. Usar o uniforme obrigatoriamente;
8. Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas no Colégio, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
9. Respeitar a integridade física e moral de todos os membros da comunidade educativa;
10. Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e moral dos mesmos;
11. Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes do Colégio, fazendo uso correto dos mesmos;
12. Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa, entregando a um auxiliar de ação educativa ou a um professor/educador os objetos que encontrar e que não lhe pertençam;
13. Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos, passíveis de, objetivamente, perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas, ou poderem causar danos físicos ou morais aos alunos ou a terceiros.
14. No caso particular de quaisquer aparelhos sonoros, incluindo telemóveis, MP3, MP4, IPOD, estes são proibidos;
15. Comportar-se com correção dentro e fora do Colégio, de modo a dignificar a comunidade escolar em que se insere;
16. Comparecer às aulas com todo o material necessário à participação ativa nas mesmas;
17. Identificar o seu material escolar com o nome e turma, responsabilizando-se por ele e por outros bens, não os abandonando;
18. Não usar boné ou gorro na sala de aula;
19. Não ingerir alimentos na sala de aula nem mascar pastilhas elásticas dentro das instalações;
20. Respeitar as normas de segurança;
21. Respeitar o exercício do direito à educação e ensino dos outros alunos;
22. Responsabilizar-se pelo cumprimento das medidas corretivas, quando a elas for sujeito;

Sanções

1. Sempre que não sejam cumpridos os seus deveres, os alunos serão chamados à atenção pela respetiva professora ou Diretora. Em casos extremos ser-lhe-á retirada uma parte do recreio e, comunicado via caderneta escolar, ao Encarregado de Educação.

Secção II

Professores/educadores

Artigo 19º

Professores/educadores



São direitos e deveres profissionais dos professores/educadores os consagrados no DecretoLei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, que define o estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico.

Artigo 20º

Direitos

São direitos e deveres profissionais dos professores/educadores os consagrados no DecretoLei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, que define o estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico. Para além dos consignados na legislação, o professor tem o direito de:

1. Ser acolhido no Colégio, de modo a que a sua integração seja facilitada.
2. Ser informado das orientações pedagógicas que vão sendo propostas e atualizadas.
3. Ser apoiado a nível pedagógico pela diretora.

4. Exercer a sua atividade sindical, de acordo com as disposições legais.
5. Ter acesso à formação contínua, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 21º

Deveres

Para além dos consignados na legislação, o professor/educador tem o dever de:

1. Conhecer, cumprir e fazer cumprir o regulamento interno do Colégio.
2. Fomentar bom ambiente de trabalho, facilitando a integração de novos elementos.
3. Estabelecer boas relações com os colegas, alunos, auxiliares, pais e encarregados de educação.
4. Ser assíduo e pontual.
5. Cumprir o tempo regulamentar de cada aula.
6. Ser o último a abandonar a sala de aula, certificando-se que a sala fica limpa e arrumada.
7. Manter desligados durante as aulas e reuniões, quaisquer aparelhos sonoros que possam impedir o normal funcionamento das mesmas.
8. Informar os encarregados de educação sobre a evolução do processo de aprendizagem dos seus educandos.
9. Ter uma atuação de permanente formação junto dos alunos.
10. Manter uma relação com os alunos baseada no respeito mútuo, atuando com autoridade e bom senso.
11. Zelar pela conservação do material do Colégio.
12. Criar na sala de aula um clima propício a um trabalho sério, agradável e rentável.
13. Permitir a entrada dos alunos na sala de aula, mesmo que lhes tenha sido marcada falta.
14. Fornecer informações à diretora, sempre que estas lhes sejam solicitadas.
15. Não alterar o seu horário sem autorização da diretora.
16. Participar nas reuniões ativa e construtivamente.
17. Promover medidas de carácter pedagógico que incentivem o desenvolvimento dos alunos.
18. Respeitar a natureza confidencial de informações sobre o aluno ou a família.

Seção III



Auxiliares

Artigo 22º

Direitos dos Auxiliares Para além dos consignados na legislação, os auxiliares têm direito a:

1. Ser tratado com respeito e delicadeza.
2. Reunir para tratar de assuntos relativos ao serviço, de acordo com a lei.
3. Exercer a sua atividade sindical, de acordo com as disposições legais.
4. Ser informado de qualquer legislação oficial ou determinação da escola que, direta ou indiretamente, lhe diga respeito.
5. Ser chamado a desempenhar tarefas que estejam de acordo com as suas competências.

Artigo 23º

Deveres dos Auxiliares

Para além dos consignados na legislação, os auxiliares tem o dever de:

1. Conhecer, cumprir e fazer cumprir o regulamento interno do Colégio.
2. Ser assíduo e pontual.
3. Estabelecer boas relações com os colegas, professores/educadores, alunos, pais e encarregados de educação.
4. Colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade escolar.
5. Desempenhar tarefas que estejam de acordo com as suas competências, respeitando a hierarquia, sempre que solicitados pela diretora.
6. Colaborar com os pais e encarregados de educação para resolver problemas que contribuam para a formação integral dos alunos.

Seção IV

Pais e Encarregados de Educação

Artigo 24º

Direitos dos Pais e Encarregados de Educação

Para além dos direitos previstos na lei, os pais e encarregados de educação têm o direito a:

1. Participar na vida do Colégio;
2. Ser associado e participar nas atividades da associação de pais e encarregados de educação;
3. Receber, através dos seus educandos, com distribuição no Colégio, toda a informação da associação de pais;
4. Esperar do Colégio um ensino e serviços de qualidade;
5. Informar-se, ser informado e informar a comunidade educativa sobre todas as matérias relevantes ao processo educativo do seu educando, nomeadamente:
 - a) Ser informado do comportamento, assiduidade e aproveitamento do seu educando, após cada um dos momentos de avaliação e, entre estes, semanalmente, no dia e hora de atendimento fixados para o efeito pelo, professor ou educador, exceto na semana que antecede as reuniões de avaliação;
 - b) Ser informado no início do ano letivo, sobre o currículo de cada disciplina, respetivos conteúdos programáticos e critérios de avaliação, bem como o número de aulas previstas por disciplina;
 - c) Tomar conhecimento da aplicação de planos de acompanhamento, recuperação ou desenvolvimento, aplicados ao seu educando.



6. Ser recebido condignamente e em espaço próprio;
7. Recorrer e ser atendido pela diretora sempre que achar necessário, com marcação prévia;
8. Comparecer na escola por sua iniciativa e quando para tal for solicitado;
9. Colaborar com os professores/educadores no âmbito do processo de ensino aprendizagem do seu educando;
10. Participar, a título consultivo, no processo de avaliação do seu educando, sempre que as estruturas de orientação educativa o considerem necessário;
11. Articular a educação na família com o trabalho escolar;
12. Cooperar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania, nomeadamente através da promoção de regras de convivência na escola;
13. Ser tratado com correção por todos os membros da comunidade educativa;
14. Conhecer o regulamento interno, bem como participar na sua elaboração e/ou reformulação.

Artigo 25º

Deveres dos Pais e Encarregados de Educação

Aos pais e encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder e dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes, e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos mesmos. Neste contexto, os pais e encarregados de educação têm o dever de:

1. Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando, nomeadamente assinando os testes escritos de avaliação.
2. Promover a articulação entre a educação na família e o ensino escolar.
3. Cooperar com os professores/educadores no desempenho da sua missão pedagógica, em especial quando para tal forem solicitados, colaborando no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos.
4. Tratar com correção e respeito qualquer membro da comunidade educativa.
5. Colaborar com a diretora, o professor, ou o educador de infância na procura de soluções para situações/problemas surgidos ao seu educando.
6. Participar nas reuniões convocadas pela Diretora, ou professor/educador e pelas estruturas de orientação educativa, bem como pela associação de pais e encarregados de educação.
7. Comparecer na escola sempre que julgue necessário e quando para tal for solicitado.
8. Conhecer o estatuto do aluno e o regulamento interno da escola.
9. Comunicar as situações de alergia a medicamentos ou alimentos ao educador, ao professor, ou à diretora, no início do ano letivo.
10. Relativamente às propinas, constitui dever do Encarregado de Educação liquidá-las no prazo estabelecido.
11. Sempre que solicitados, os Pais ou Encarregados de Educação devem avaliar os alunos ou o Projeto Educativo.

CAPÍTULO VIII

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Artigo 26º



Associações de Pais e Encarregados de Educação

1. A Associação de Pais e Encarregados de Educação, do Colégio, é uma organização representativa dos pais e encarregados de educação dos alunos, encontrando-se o seu funcionamento definido nos respetivos estatutos.
2. A Associação de Pais e Encarregados de Educação desenvolve e colabora em iniciativas que visem a promoção da melhoria da qualidade e da humanização do Colégio, em ações motivadoras de aprendizagem e da assiduidade dos alunos e em projetos de desenvolvimento sócio-educativo do Colégio e de projetos de solidariedade.
3. Cabe especialmente à associação de pais e encarregados de educação:
 - 3.1. A defesa dos interesses dos alunos, pais e encarregados de educação, junto da diretora do Colégio;
 - 3.2. Organizar, pelo menos uma vez no início de cada ano letivo, uma reunião de pais e encarregados de educação dos alunos, distribuindo a todos os alunos, com a colaboração professor/educador, convocatória da qual conste o dia, hora e a ordem de trabalhos;
4. À associação de pais é facultada as instalações do Colégio para a realização das suas reuniões ou outras atividades relacionadas com os seus estatutos e/ou interesse educativo/formativo para os alunos, pais e encarregados de educação, docentes e demais membros da comunidade educativa.

CAPÍTULO IX

DEVER DE ASSIDUIDADE

Artigo 27º

Frequência e assiduidade

1. A assiduidade dos alunos é registada diariamente nos respetivos livros de frequência. Considera-se falta de presença, a partir das 9h15m, para os alunos do 1º Ciclo.

Artigo 28º

Faltas

1. A falta de um aluno(a) por mais de três dias seguidos, implicará a informação ao Colégio das causas dessa mesma ausência. Tratando-se de doenças infeto-contagiosas, o aluno só poderá regressar ao Colégio mediante apresentação de atestado médico.

Artigo 29º

Faltas de material didático



1. Entende-se por falta de material a ausência de material impeditiva de aprendizagem efetiva ou se o professor tiver avisado que o mesmo era imprescindível.
2. A falta de material não é equiparada a falta de presença, tendo apenas efeitos na avaliação da respetiva disciplina.
3. A falta de material deve ser comunicada, por escrito, ao encarregado de educação, quando cumulativamente:
 - a) O professor/educador da disciplina em causa tenha esclarecido o aluno dos prejuízos escolares daí decorrentes e advertido das suas consequências;
 - b) O aluno persistir em não trazer o material considerado indispensável ao efetivo acompanhamento das atividades a desenvolver na aula, não demonstrando empenho intelectual.

Artigo 30º

Faltas de trabalho de casa

1. Entende-se por falta de trabalho de casa a não apresentação das tarefas solicitadas pelo professor/educador a realizar fora do espaço aula.
2. A falta de trabalho de casa não é equiparada a falta de presença, tendo apenas efeitos na avaliação da respetiva disciplina.
3. A falta de trabalho de casa deve ser comunicada, por escrito, ao encarregado de educação, quando cumulativamente:
 - a) O professor/educador da disciplina em causa tenha esclarecido o aluno dos prejuízos escolares daí decorrentes e advertido das suas consequências;
 - b) O aluno persistir em não apresentar o trabalho de casa considerado indispensável ao efetivo acompanhamento das atividades a desenvolver na aula, não demonstrando empenho intelectual.

CAPÍTULO X

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

Artigo 31º

Avaliação dos alunos – ensino básico

1. A avaliação formativa tem carácter sistemático e contínuo e traduz-se de forma:
 - 1.1. Descritiva, que se destina a informar o encarregado de educação, sobre a qualidade do processo educativo e de aprendizagem, bem como o estado de cumprimento dos objetivos do currículo;
 - 1.2. Qualitativa, que se exprime por muito bom, bom, suficiente +, suficiente e insuficiente.
2. A avaliação sumativa consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o grau de desenvolvimento dos conhecimentos e competências, capacidades e atitudes do aluno, no final de um período de ensino e de aprendizagem.
3. Testes escritos de avaliação:



- 3.1. Serão marcados com a antecedência necessária, devendo evitar-se que os alunos realizem mais do que um teste no mesmo dia;
- 3.2. No livro de ponto, haverá um calendário onde cada professor, obrigatoriamente, assinalará a data dos testes;
- 3.3. A classificação qualitativa e quantitativa deverá estar de acordo com a seguinte nomenclatura: Muito Bom (90% - 100%) / Bom (76% - 89%) / Suficiente + (66% - 75%) / Suficiente (50% - 65%) / Insuficiente (0% - 49%).

Artigo 32º

Avaliação dos alunos – Educação Pré-Escolar

1. Na educação pré-escolar, a avaliação assume uma dimensão privilegiadamente formativa.
2. Esta avaliação será partilhada com os pais e encarregados de educação ao longo do ano letivo e, no final do ano letivo, e semestralmente ser-lhes-á entregue uma síntese descritiva da evolução e dos progressos realizados pela criança.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33º

Disposições finais

1. Qualquer situação omissa neste regulamento interno deve, caso se justifique, ser resolvida pela Diretora do Colégio, em tempo oportuno, de acordo com as suas competências e sem prejuízo da legislação em vigor.
2. Este regulamento interno, depois de aprovado pela Diretora, será divulgado a toda a comunidade educativa, entrando de imediato em vigor e vinculando todos os membros da mesma comunidade.
3. Este regulamento interno será ainda distribuído gratuitamente a cada encarregado de educação, quando o seu educando inicia a frequência no Colégio; o encarregado de educação toma conhecimento do mesmo e aceita cumprir e fazer cumprir o que nele está estipulado.
4. Este regulamento interno deve ser arquivado, em pasta própria, no gabinete da diretora.